



o trabalhador da CML

N.º 171
Ano XXXIV
Set. / Out. 2015



VOTO
CONSCIENTE

4 de Outubro
levamos a luta ao
VOTO!

Valorizar os
serviços públicos
municipais p.9

Os problemas nas
Juntas de Freguesia
p.10

Temos no próximo dia 4 de Outubro, uma excelente oportunidade para inverter o rumo desastroso para onde tem sido empurrado o país e com ele, as nossas vidas.

Não votar ou votar em branco, favorece aqueles que de facto são os principais responsáveis pelo estado económico-social dos portugueses, com níveis de vida cada vez mais semelhantes a um passado de má memória. Por outro lado, votar nos mesmos de sempre, naqueles que inclusive se autointitulam como “partidos do arco da governação”, como se se tivessem apoderado totalitariamente e exclusivamente do poder de governar, contribui para o agravar de todos os problemas que atualmente enfrentamos, quer enquanto trabalhadores da administração pública, quer enquanto contribuintes portugueses.

PS, PSD e CDS são indelutavelmente os principais responsáveis pelo endividamento do país e pela diminuição inaceitável da nossa independência e soberania. São responsáveis pelo crescimento da pobreza e da miséria, da precariedade e dos baixos salários, da emigração e da destruição de serviços públicos e das funções sociais do Estado. São responsáveis pela devastação do aparelho produtivo, da indústria, às pescas passando pela agricultura, e pela ausência de uma política que aproveite os recursos naturais que o país pode e deve explorar em benefício próprio, isto é, em função da melhoria de vida do seu povo. São também cúmplices ativos na corrupção e compadrio que alimenta casos lesa pátria como do BPN, BPP, BPI, BANIF ou mais recentemente do BES/Novo Banco.

Temos portanto uma oportunidade única no imediato que nos permite, havendo consciência e vontade para tal, recuperar do esbulho a que fomos sujeitos nos últimos anos. Derrotar a política de direita, que ataca trabalhadores, reformados e aposentados, jovens e desempregados, é de facto um passo essencial na construção de uma verdadeira alternativa, que inevitavelmente se deve caracterizar por ser de esquerda e patriótica, algo que nenhum dos partidos do arco da *desgovernação* pode assumir, face às suas opções passadas, mas também atuais. PS, PSD e CDS aceitam explicitamente o Tratado Orçamental, no essencial, um instrumento que perpetua a institucionalização da política de austeridade que tão péssimos resultados tem provocado à imensa maioria do povo português.

Na cidade de Lisboa, temos exemplos paradigmáticos do tipo de política que pseudos alternativas ditas de esquerda, construídas apenas em momentos eleitorais, querem impor ao país. Aprofundando o caminho seguido por Santana Lopes (apoiado por PSD/CDS), António Costa e agora Fernando Medida, ambos do PS, desbarataram serviços públicos, favoreceram os interesses privados e os especuladores imobiliários, fizeram de Lisboa uma cidade quase exclusiva para turistas, desprezando todos aqueles que vivem e trabalham nesta cidade.

Desinvestiram e esvaziaram, até onde não puderam mais, vários serviços públicos municipais, como nos casos evidentes da limpeza urbana, do saneamento, dos jardins e espaços públicos, estes últimos deixados à mercê de interesses particulares bastante duvidosos.

Não se ficando por aqui, empurraram para as juntas de freguesia, competências transversais à cidade, dificilmente limitadas a uma mera área geográfica. Em alguns casos, o apoio tácito dos respetivos presidentes de junta foi essencial para a conclusão de um processo que ainda hoje demonstra muitas das ignomínias que o STML oportunamente alertou e que têm prejudicado indelutavelmente trabalhadores, municipais e a própria integridade da cidade.

Também na cidade de Lisboa, na Câmara Municipal e em muitas Juntas de Freguesia, se constata em toda a sua expressividade os efeitos da política de direita mesmo sob a capa de um partido dito de esquerda. Basta de palavras vazias, sustentadas num discurso de circunstância e demagogia. É preciso abrir os olhos e votar em consciência, desconstruindo as teses das inevitabilidades e do “voto útil” que apenas serve os interesses dos mesmos de sempre.

Um voto que recusa os partidos da troika, é um voto que fortalece na Assembleia da República a luta que diariamente travamos no nosso local de trabalho!



 **o trabalhador**
da *CM*

Diretor: Vitor Reis | **Corpo Redatorial:** Luís Dias / Nuno Almeida / Mário Rui Souto / José Malhadas / Henrique Bastos

Propriedade: Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa | **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1Dº 1150-333 Lisboa - Telfs.: 218 885 430 / 5 / 8
Fax: 218 885 429 - Email: stml@stml.pt - www.stml.pt

Periodicidade: Bimestral | **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML | **Tiragem:** 4000 exs. | **NIF:** 500850194 | **Depósito Legal:** 17274/87

Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico.

MAIS um ACEP assinado!

Prosseguindo o objetivo de assinar Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP) com todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Lisboa, o STML assinou o ACEP com a Junta de Freguesia do Lumiar no passado dia 21 de Julho.

A importância destes acordos passa inegavelmente pela salvaguarda das 35 horas de trabalho semanal, sem adaptabilidade e sem banco de horas, além de garantir outros direitos que cabem legalmente na livre negociação entre sindicatos e empregadores públicos.

São já doze, o número de Freguesias com as quais o STML celebrou acordos deste tipo e que neste momento aguardam a sua publicação.

Como é do conhecimento de todos, o governo continua a não publicar os ACEP que tem em mãos, ilegalidade que mereceu o envio, por parte do Provedor de Justiça, de um pedido de apreciação para o Tribunal Constitucional.

Paralelamente ao processo em curso sobre a decisão dos juízes do constitucional, os sindicatos da administração pública da CGTP-IN continuarão a luta pela negociação e publicação dos ACEP e não desistirão de que seja respeitada, nesta como noutras matérias, a autonomia do



poder local democrático.

Nesse sentido, o sindicato continua a aprofundar as negociações com várias Juntas de Freguesia, sabendo à partida que algumas, como Santa Clara ou Benfica, não estão disponíveis para respeitar a natureza democrática de um direito constitucional como o da Contratação Coletiva, recusando-se por isso a celebrar o ACEP com o sindicato mais representativo, o STML.

Nestes casos, será a força organizada e interventiva dos trabalhadores que em conjunto com o seu Sindicato, poderão obrigar à mudança de postura destes executivos.

Na defesa dos nossos interesses e direitos, não devemos portanto excluir qualquer forma de luta que se mostre necessária e oportuna.

A prioridade em negociar um Acordo de Empresa (AE) na Gebalis!

Tomou posse no passado dia 10 de Agosto a nova Comissão de Trabalhadores (CT) da Gebalis, E.M. a quem saudamos e desejamos uma profícua ação na representação dos trabalhadores desta empresa municipal.

Em contactos anteriores com a CT e com os trabalhadores da empresa, tem vindo a ser colocada a necessidade de negociação de um conjunto de matérias das relações de trabalho com vista à celebração de um Acordo de Empresa (AE), entre a administração da Gebalis, E.M. e as estruturas sindicais, STML e STAL.

Consideramos o AE, um instrumento fundamental na defesa dos direitos, carreiras e rendimentos dos trabalhadores. A negociação coletiva é um direito constitucional, que no

entanto só se torna efetivo quando exercido pelos trabalhadores e seus representantes.

São várias as matérias que podem ser negociadas em sede de AE, nomeadamente a estrutura das carreiras e categorias profissionais, o seu acesso e desenvolvimento, além das respetivas grelhas salariais. Também as matérias sobre a organização e duração de trabalho, sobre as férias e aspetos relativos a feriados, sobre condições de Saúde e Segurança no Trabalho e formação profissional ou ainda, sobre a representação coletiva dos trabalhadores.

Apesar de todos estes conteúdos estarem legislados e regulamentados, é sempre possível serem melhorados na ótica do trabalhador, adequando-os à realidade da empresa.

Sendo a negociação e celebração de AE em representação dos trabalhadores, responsabilidade das organizações sindicais, o STML assumirá as suas obrigações como sempre o fez noutras situações análogas.

De há muito que vínhamos chamando a atenção para a importância da Contratação Coletiva, através da celebração de um AE, na defesa dos direitos dos trabalhadores. Estão agora reunidas as condições para que se avance nesse sentido.

O STML desenvolverá todos os procedimentos necessários para que as negociações se iniciem o quanto antes, partindo para este processo concertadamente com os trabalhadores e a CT da Gebalis.

Um passo em frente pela persistência do STML e da luta de quem trabalha!

Em Junho de 2014 o STML, com os trabalhadores do Município, levaram a cabo uma luta que, para além de inscrever nos seus objetivos a melhoria das condições de trabalho, visava também defender o serviço público de remoção de resíduos na cidade de Lisboa. É importante recordar que este serviço público estava na altura em vias de rutura, face à carência de trabalhadores em número suficiente à prestação de um serviço de qualidade, situação que decorreu do famigerado processo de transferência de competências para as juntas de freguesia.

O resultado imediato desta luta foi a admissão de trabalhadores cantoneiros de limpeza em regime de contratação de prestação de serviços (recibos verdes), acompanhado do compromisso por parte da CML da abertura de concursos para o ingresso nesta categoria profissional. Um processo que ainda decorre neste momento.

Na altura, os valores a pagar nos contratos celebrados entre a CML e estes trabalhadores foram calcula-

dos com base na 1ª posição da tabela remuneratória única, igual ao salário mínimo nacional (SMN) que à data estava fixado em €485,00.

Em Outubro de 2014, o SMN foi alterado pelo governo para €505,00 (a CGTP-IN defendeu o seu aumento para os €540,00, ampliando-o para €600,00 a partir de Janeiro deste ano). Apesar da entrada em vigor da nova legislação sobre os valores do SMN, a CML manteve os contratos entretanto celebrados tendo como referência o montante mais baixo (€485,00), o que conduziu o STML a reivindicar a sua revisão junto do Presidente da autarquia.

No decorrer deste ano e considerando a saída de trabalhadores por vários motivos, voltou a estar em causa a capacidade operacional do serviço de remoção. Pressionada pelo Sindicato, a CML decidiu contratar 45 cantoneiro de limpeza e alguns condutores de pesados e veículos especiais, lembrando o STML que a base salarial devia ter em conta o novo valor do SMN.

Após várias negociações, o executivo municipal aceitou a reivindicação do Sindicato, atualizando os valores do salário-base, tanto para os contratos a celebrar, como revendo os celebrados com os trabalhadores a recibos verdes, corrigindo assim uma situação de todo injusta.

Contudo, e apesar desta melhoria, não podemos ignorar uma realidade que, no essencial, continua a ser marcada pela política de baixos salários, não só na Câmara Municipal de Lisboa, mas também no resto do país. Uma consequência direta do esbulho a que os trabalhadores têm sido sujeitos há várias décadas pelas opções dos partidos do arco da des governação.

Derrotar a política de direita, seja pelo PSD/CDS, seja pelo PS, é um passo incontornável, se de facto queremos ver os nossos rendimentos dignificados. Dia 4 de Outubro, fazemos do voto a nossa arma.



O reforço de pessoal na CML enquanto reivindicação principal do STML.

Estão finalmente a decorrer as provas de conhecimento dos concursos externos de acesso de Assistente Operacional e para a recrutação de Bombeiro Sapador. Estes concursos, com vista a admitir novos trabalhadores ou para a regularização da situação de trabalhadores em prestação de serviço, têm sido uma das exigências permanentes do STML.

A falta de meios humanos em diversos sectores da Autarquia é uma evidência, pondo por vezes em causa a prestação do serviço público. Fruto da política seguida pelos governos da República, nomeadamente o atual do PSD/CDS, que promove o desinvestimento nos serviços do Estado através da proibição da entrada de novos trabalhadores, como a seguida pelo município de Lisboa, com a passagem para fora do seu âmbito de várias competências, conduziram vários serviços e os seus quadros de pessoal à estagnação e à rotura operacional.

Tendo a CML optado, e bem, pela abertura destes concursos absolutamente necessários, pecam contudo por tardios. No caso do RSB, a última recrutação é de há cinco anos atrás. Se considerarmos as aposentações ocorridas, o défice atual de bombeiros sapadores no mapa de pessoal, ronda os quatrocentos, com evidentes reflexos na operacionalidade do socorro à cidade.

Na Limpeza Urbana, o mapa de pessoal já era deficitário em 2014, com mais de 300 trabalhadores a menos. Com a passagem em Março desse ano de cerca de 700 trabalhadores da varredura e lavagem para as juntas de freguesia, a CML viu o número de cantoneiros de limpeza, aptos à recolha de resíduos, serem reduzidos a níveis

insustentáveis ao desempenho da atividade.

Pela luta dos trabalhadores, a autarquia foi forçada a admitir em Junho de 2014 cerca de 150 prestadores de serviço para suprir necessidades imediatas, comprometendo-se com abertura dos concursos (em andamento neste momento). Temos que ter em atenção que os 150 trabalhadores eram o número mínimo que naquela data os serviços camarários entendiam necessários. Desde então, e face a vários motivos (saídas de pessoal, principalmente pela aposentação), existe hoje a necessidade de rever estes números.

Estão também a decorrer concursos de admissão para tratadores-apanhadores, para a Casa dos Animais de Lisboa, e para coveiros. Falamos de dois sectores extremamente carentes de pessoal, problema para o qual o STML tem alertado há vários anos, manifestando a urgência em preencher as vagas existentes no mapa de pessoal.

Na sequência da luta reivindicativa pelo reforço de vários sectores operacionais da CML, o atual executivo assumiu o compromisso em admitir 100 assistentes operacionais, a distribuir pelas brigadas operacionais das UIT, entre calceteiros, pedreiros e canalizadores. Também previsto reforçar o número de electricistas no DIP e DEMIEM, além de limpa-coletores para a respetiva brigada.

Outro sector essencial para o Município, são as oficinas dos Olivais 2, do DRMM. Há muito que o STML identificou a escassez de pessoal, como um dos fatores para a falta de capacidade de resposta às necessidades da manutenção da frota municipal. Uma evidência tam-



bém reconhecida pelo executivo, mas que tarda em ser respondida. Comprendemos que as novas chefias, ainda a inteirarem-se do funcionamento do Departamento, queiram verificar as necessidades de pessoal apontadas pelas anteriores, mas a decisão tem que ser célere, para não corrermos o risco da inoperacionalidade. Este é um sector com uma elevada média de idades, onde a transmissão de conhecimentos constitui um capital que não pode ser desperdiçado.

Sendo a contratação e reforço de pessoal, uma das principais reivindicações do STML, continuaremos a lutar pela sua concretização em todos os sectores onde essa carência esteja identificada.

Mobilidade intercarreiras a frustrar as expetativas ano após ano...

Com a *reforma da administração pública* imposta pelo PS de José Sócrates, impossível sem a cumplicidade do PSD, a figura e os mecanismos implícitos à reclassificação, que possibilitavam de forma mais célere a progressão na carreira dos trabalhadores da administração pública em função das habilitações entretanto adquiridas, foram substituídos pelo registo das ‘mobilidades’ intercategorias e intercarreiras.

Neste novo enquadramento, independentemente do *timing* em que se obtêm novas habilitações, a progressão efetiva fica dependente da abertura de concurso (e das correspondentes verbas), que regularize em definitivo a passagem para uma nova carreira profissional, com a respetiva evolução salarial.

Desde o período em que o trabalhador solicita a mobilidade à eventual inclusão no concurso, cuja abertura está sempre dependente de uma decisão política, pode decorrer até um ano, sem que para tal exista qualquer garantia definitiva em termos de progressão. O trabalhador até pode assumir uma nova nomenclatura em termos de carreira profissional, mas sem qualquer correspondência remuneratória. Ao fim de doze meses e na ausência de um novo pedido de mobilidade (pelo próprio ou por iniciativa dos serviços), regressa no plano formal à sua categoria originária.

Por outro lado, mesmo que consiga integrar o concurso que lhe possibilitaria ingressar numa carreira já de acordo com as suas habilitações, pode ser excluído face ao número de vagas predeterminado ou por critérios arbitrários. A título de exemplo, um assistente técnico que desempenhe funções de técnico superior há vários anos, depois de integrar o concurso que supostamente iria regularizar a sua situação profissional, não tem contudo qualquer garantia sustentável de efetiva colocação na carreira de técnico superior para a qual concorre.

Ao longo dos últimos anos, constatamos que esta nova “mobilidade” pode revelar no essencial, não uma janela de oportunidades equitativas e transparentes, mas um bloqueio que frustra vezes sem conta, ano após ano, as

expetativas de trabalhadores e trabalhadoras que investiram muitas vezes a suas expensas, na sua própria formação, e que não conseguem obter agora o esperado retorno em termos de evolução profissional e salarial a que têm direito.

Apesar deste cenário injusto e inaceitável, muitos continuam a ser “aproveitados” pelos serviços para o desempenho de funções de superior complexidade, conjugadas por norma de responsabilidades acrescidas, sem contudo terem a devida compensação remuneratória, já para não falar das expetativas goradas em termos de uma eventual progressão na carreira na qual não conseguem entrar.

A mobilidade intercarreiras e intercategorias foi de facto um estratagema bem pensado que, conjugado com o SIADAP, a reconfiguração do vínculo laboral e a introdução dos mapas de pessoal, consubstanciou obstáculos objetivos para que a administração pública pagasse cada vez menos, a trabalhadores por sua vez cada vez mais habilitados. Uma estratégia que no essencial frustra as expetativas de milhares de trabalhadores, sustentada numa ótica puramente economicista e que nada considera no campo da valorização e progressão profissional.

Apesar de observarmos um crescente número de trabalhadores que nos últimos anos adquiriram mais competências, mantêm-se todavia na obscuridade profissional e salarial que a máquina político-burocrática impõe, ora liderada por uma tonalidade alaranjada ou mais rosa.

Uma realidade que, apesar de tudo, não deixa de se repercutir positivamente na qualidade e eficiência do serviço público prestado, independentemente da área de intervenção a que diga respeito, porque os serviços públicos funcionam principalmente com pessoas e não com folhas de Excel ou metas de défice definidas sabelá como. Só os trabalhadores parecem ser desprezados nestes processos das mobilidades...até quando?



Promoções e mobilidades intercategorias: duas realidades distintas!



Já passaram mais de 6 anos desde as últimas promoções no Regimento de Sapadores Bombeiros. De então para cá, muita coisa mudou e nem tudo para melhor, mas importa neste momento abordar apenas duas realidades, as promoções na carreira, ou melhor, a falta delas e a mobilidade intercategorias.

As políticas levadas a cabo por este governo de direita ao longo de toda a legislatura, visaram a destruição das expectativas de vida e o empobrecimento dos portugueses e em particular dos funcionários públicos.

Com o “congelamento” das promoções vertical e horizontal, este governo impossibilitou o normal funcionamento de algumas instituições como no caso do RSB.

O Regimento, à imagem de outras instituições, rege-se por uma organização hierárquica semelhante à militar. O que significa que existe uma graduação das diversas categorias de funcionários e uma distribuição ordenada de poderes, permitindo

conforme a categoria, deliberar, agir e decidir. No fundo define funções e tarefas, influenciando dessa forma o desempenho e a gestão da instituição.

Os munícipes não beneficiam com uma instituição que caminha a passos largos para uma rotura total de chefias, com a consequente desordem e indisciplina, assim como não é aceitável nem produtivo que, em todos os postos, estejam elementos da categoria ou posto inferior, criando a inevitável desmotivação de quem legitimamente criou expectativas de ter uma carreira.

O executivo camarário desculpa-se com o “bloqueio” legislativo que impede a abertura de concursos de promoção. Vai assim poupando alguns “tostões”, apesar do serviço continuar a ser feito na mesma. Os bombeiros, por seu lado, assumem cada vez mais responsabilidades, sem qualquer contrapartida financeira.

Era esta a realidade no RSB até que este Sindicato decidiu confrontar o executivo camarário com as alterações legislativas no OE|2014, que permitia a valorização remuneratória através da mobilidade intercarreiras/categorias.

No dia 10 de dezembro de 2014, em reunião com o STML, a CML compromete-se a assegurar o início dos cursos de formação abreviados para os bombeiros do Regimento, tendo em vista futuros procedimentos concursais na carreira e a aplicação da mobilidade intercategorias, prevista na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

É portanto de grande importância que não se confundam estas duas situações: Mobilidade e Promoções na carreira. A primeira, sendo uma situação de caráter excepcional, permite que os bombeiros tenham uma

valorização remuneratória quando desempenhem funções no posto superior. Por outro lado, a entidade empregadora, no caso a CML, compreenda que sendo uma situação com um tempo limite (excepcionalmente poderá ir até aos 18 meses), deverá nesse espaço temporal resolver todas as situações que obrigaram à Mobilidade, e neste particular, trata-se das promoções na carreira. Daí a importância que todos os bombeiros compreendam que a Mobilidade não é a Promoção na carreira.

No primeiro caso, o STML defende que devem passar à mobilidade todos os bombeiros e em todos os postos, conforme as necessidades do serviço, por forma assegurar o bom funcionamento do serviço, sem atropelos ao nível hierárquico.

No segundo caso, que respeita às promoções na carreira, este Sindicato vai continuar a exigir junto do executivo que, com ou sem bloqueio legislativo, é viável e necessário a abertura dos procedimentos concursais no mais curto espaço de tempo, de forma a restabelecer a igualdade de oportunidades a todos os bombeiros.

Infelizmente tem-se assistido a um aproveitamento por parte de outras estruturas supostamente sindicais que, em vez de esclarecerem os bombeiros, tentam confundir os bombeiros, ora estando contra, ora a favor, conforme lhes dá mais jeito. O processo da mobilidade seria tão mais fácil se não se confundissem as duas realidades que atrás expusemos.

Cabe ao Sr. Comandante do RSB, a decisão da nomeação do pessoal a “mobilizar”, não deturpando o “espírito” da Mobilidade.

STML reúne com nova estrutura dirigente do DRMM

No dia 28 de Julho o STML reuniu com os recém-empossados dirigentes do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM). Desta reunião destacamos os seguintes tópicos:

A - Sobre o reforço de pessoal em várias categorias profissionais reivindicado pelo Sindicato:

- Os novos responsáveis do DRMM afirmam que irão identificar as carências de pessoal, assumindo contudo as prioridades sobre a categoria de vulcanizador e eletricista-auto;
- Não dispondo da caracterização das necessidades identificadas pela anterior gestão, os atuais dirigentes pretendem otimizar a gestão de recursos humanos do Departamento antes de fechar o quadro de necessidades existente. Pretendem ainda monitorizar as tarefas realizadas pelos trabalhadores e o seu aproveitamento, implementando sistemas de gestão, como o de controlo informático de assiduidade.

B - Sobre os vulcanizadores:

- Os trabalhadores da unidade de pneumáticos serão afetos à Divisão de Manutenção de Frota.

C - Sobre o setor de carpintaria/marcenaria:

- Esta unidade manter-se-á como transversal, realizando trabalhos para toda a CML.

D - Sobre a necessidade de formação profissional em diversos domínios:

- Para além do previsto no Plano Anual de Formação, serão identificadas necessidades adicionais de formação, a comunicar posteriormente ao Departamento de Formação.

E - Sobre a aquisição e distribuição de fardamentos:

- Será lançado o procedimento internacional de aquisição de fardamentos para todos os trabalhadores do DRMM, contemplando as alterações em função das deficiências identificadas até agora (pelos trabalhadores e técnicos de segurança e saúde).
- No imediato será feita uma aquisição por ajuste direto para responder aos problemas mais urgentes.

F - Sobre o encerramento da Garagem Olivais I:

- Estando dada como certa a cedência deste espaço à Divisão de Iluminação Pública, o DRMM vai criar

as condições para receber os trabalhadores e viaturas daquela garagem, até ao final do corrente ano.

G - Certificação do CAM, tacógrafos digitais e cartões magnéticos:

- A formação do CAM está a ser acompanhada pelo Departamento de Formação, existindo dúvidas sobre a obrigatoriedade de instalação de tacógrafos digitais em todas as viaturas. Esta situação será analisada juridicamente. Será também efetuado um levantamento das necessidades de cartões magnéticos.

H - Sobre as obras de manutenção no Complexo dos Olivais II:

- Estão concluídas as obras de cobertura, renovação do piso da ponte rolante e reposição do teto da estação de lavagem de viaturas.
- Estão a decorrer as obras de adaptação da estação de lubrificação para as viaturas a GNC.
- Brevemente, serão lançadas as obras de melhoramento nas oficinas, nos balneários/vestiários e nas copas. Serão renovados o mobiliário e equipamentos respetivos.
- Avançou-se com a melhoria das condições de trabalho nas portarias, tendo sido já realizadas pequenas pinturas e reparação dos ares-condicionados. Serão ainda adquiridos, novos estores e outras pequenas intervenções.

I - Sobre o posto médico no Complexo dos Olivais II:

- É intenção estabelecer um posto médico, estando neste momento a ser identificado o espaço físico e as obras necessárias nesse sentido. Este assunto está a ser articulado com o Departamento de Segurança, Saúde e Higiene, nomeadamente no que diz respeito à afetação de médicos, enfermeiros e equipamentos.

O STML continuará a discutir e a acompanhar a evolução global deste processo, sempre na ótica da defesa dos trabalhadores, dos seus direitos, indissociável da prossecução de um serviço público de qualidade.



A Limpeza Urbana na cidade de Lisboa!

Ao longo dos últimos anos, os serviços públicos municipais que devem centrar a sua ação na limpeza e salubridade da cidade, defendendo a saúde pública de todos aqueles que vivem, trabalham ou visitam Lisboa, foram alvo de uma ofensiva sem precedentes.

Da política deliberada de desinvestimento, provocando a sua degradação e ineficiência de forma a justificar a sua externalização, concessão ou privatização, à reforma administrativa da cidade que encobriu a maior delapidação de competências da Câmara Municipal dos últimos 40 anos, tudo serviu em alguma medida para uma regressão na qualidade do serviço público que deve ser prestado e, claro está, dos níveis de vida que supostamente se associam às sociedades do século XXI.

Da gestão PSD/CDS liderada por Santana Lopes, à liderança do PS partilhada no tempo por António Costa e Fernando Medina, parece não existir grandes diferenças de fundo. A argumentação de uns e de outros reside, quase sempre e no essencial, na prioridade (falaciosa) da sustentabilidade financeira do município, enquadrada pelo trinómio eficiência-eficácia-economia, que tão bem caracteriza os tempos modernos do capitalismo neoliberal. Esta cartilha ideológica sustenta essencialmente a descaracterização dos serviços públicos, e porque não acrescentar, das funções sociais do Estado em termos mais latos.

Neste sentido, o que é possível observar na limpeza urbana da cidade de Lisboa, não é muito diferente do que se passa em outras áreas de intervenção pública, como o saneamento, a saúde, a educação



ou a gestão do espaço público. A “ótica do privado” predomina e há muito que os partidos do ‘arco da desgovernança’ se renderam aos seus exclusivos interesses, em detrimento do efetivo interesse público, isto é, de todos nós!

Passo a passo, mais depressa no caso do PSD/CDS, ou mais devagar no caso do PS, mas ambos no mesmo sentido, vão construindo o caminho que permite ao “mercado” impor-se na esfera pública, explorando os seus recursos, cobrando (aos utentes agora denominados de clientes) e pagando (aos trabalhadores agora apelidados de colaboradores) o que bem entender, ou não o fosse o “mercado” soberano nestes assuntos.

No caso da transferência de competências para as juntas de freguesia de Lisboa, programa defendido inclusive e entusiasticamente por António Costa para todo o país, podemos observar a velha máxima de “uma cajadada, se matam dois coelhos”. Quer a CML, quer as Juntas de Freguesia, deixaram de conseguir dar resposta às necessidades públicas de limpeza, empurrando as respetivas responsabilidades de uns para outros. Para estes dirigentes políticos, a culpa parece morrer sempre solteira. Não nos admiremos portanto que, mais tarde ou mais cedo, seja apresen-

tada uma solução miraculosa. Uns e outros, os mesmos de sempre, dirão inevitavelmente que a realização deste serviço público só é possível através do setor privado, onde os “vícios” e as “limitações” do setor público não existem. Pois claro.

Se há muito que os interesses particulares ambicionam a exploração do ‘negócio do lixo’ (o caso relacionado da EGF é paradigmático), também não é menos verdade que têm sido os trabalhadores e as populações os seus maiores opositores. PS e PSD (com ou sem o CDS) e fiéis à sua história, já nos habituaram a beneficiar o mercado, atropelando conseqüente e paralelamente os direitos e rendimentos dos trabalhadores, além de degradar a vida dos portugueses e dos lisboetas em particular.

Cabe-nos por isso defender os interesses públicos, defendendo os serviços municipais da limpeza urbana, através de um investimento material e humano adequado e coerente, valorizando e dignificando em primeiro lugar os respetivos trabalhadores enquanto elemento indissociável de um serviço de qualidade e disponível para todos!

O público é de todos, o privado é só de alguns!

Alguns dos problemas que se observam nas Juntas de Freguesia...porque muitos mais haveria que referir!

A precipitada transferência de competências para as juntas de freguesia (JF) levada a cabo pelo PS, sem esquecer a complacência ativa do PSD na Assembleia Municipal, teve como consequência uma série de problemas que o STML oportunamente anteviu. Um processo que no plano da organização do trabalho e na gestão de pessoal, coloca em causa, ainda hoje, direitos e rendimentos dos trabalhadores.

Problemas que percorrem o campo das condições de saúde e segurança das instalações, mas também na precariedade na contratação de trabalhadores, na celebração de seguros de trabalho, no acesso à medicina do trabalho, nas folgas não gozadas acumuladas na CML ou no desempenho dúbio das competências atribuídas pelas JFs. Estes são apenas alguns dos problemas recorrentes que os trabalhadores enfrentam diariamente.

A **JF da Estrela** optou por chamar a si a responsabilidade dos acidentes de trabalho em vez de recorrer a uma seguradora. Sendo uma decisão possível, a falta de informação aos trabalhadores sobre o procedimento em caso de sofrerem acidentes laborais, têm-lhes causado vários constrangimentos.

Na **JF de Sta M^a Maior**, os equipamentos em que funcionam os postos de limpeza são uma contrariedade para os trabalhadores que, instalados provisoriamente num armazém sem condições na Rua da Madalena, aguardam (in) pacientemente a resolução definitiva por parte da JF/CML, já que ambas partilham responsabilidades na (não) resolução deste problema.

Na **JF de Benfica**, o novo posto de limpeza do Bairro da Boavista, que deveria ser inaugurado em 2014, tarda em entrar em funcionamento incompreensivelmente. Se não bastasse, mantêm-se e agravam-se os problemas com os horários e or-

ganização de trabalho no Mercado de Benfica. Observa-se ainda o recurso abusivo a trabalhadores prestadores de serviço (CPS), precários, nos jardins-de-infância e na limpeza urbana, sem perspectivas de uma resolução condigna, que passa incontornavelmente pela celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Se não bastasse, os trabalhadores a CPS, são impedidos de assistir aos plenários do Sindicato.

Na **JF de Campolide**, os trabalhadores ainda não receberam fardamento, usando ainda o que tinham do tempo CML, em péssimo estado. Mais grave é a situação dos prestadores de serviço que não têm farda, tendo de recorrer a roupa própria, obviamente gasta, o que transmite uma imagem menos boa da administração local. Também aqui há tentativas para impedir os trabalhadores precários de assistirem às reuniões promovidas pelo Sindicato.

Na **JF de Sta. Clara**, o armazém onde funcionam as oficinas e que serve de balneário improvisado (apenas vestiário) à parte do pessoal da limpeza urbana, não respeita minimamente as condições de Saúde e Segurança. Esta situação já provocou uma queixa à Inspeção-Geral de Finanças (organismo actualmente responsável após a entrada em vigor da Lei n.º35/2014), por parte das estruturas representativas dos trabalhadores. Existe ainda da parte da presidência PS desta Junta, a recusa em dialogar com as estruturas sindicais mais representativas dos trabalhadores, numa prática que persegue um passado de má memória.

Na **JF das Avenidas Novas**, nunca mais se produzem as obras (urgentes!) de ampliação do posto de limpeza urbana de S. Sebastião. Além do mais, o executivo PSD desta autarquia tem, aparentemente, dificuldades em compreender a existência de sindicatos e o seu papel

de representação legítima dos trabalhadores.

A **JF de Marvila**, certamente por desconhecimento, persiste em não pagar aos trabalhadores em baixa médica devido a acidente, o suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

Na **JF da Misericórdia**, provavelmente pela falta de pessoal, está a ser necessária a intervenção dos trabalhadores da Limpeza Urbana da CML na lavagem do Largo de S. Paulo. Falamos de uma competência transferida para a JF, para a qual recebeu meios financeiros e humanos.

Como alertou o STML, este tipo de situações comprovam a falência do projeto do PS/António Costa para a cidade de Lisboa. A CML para acorrer as JFs que carecem de pessoal, deixa de efetuar com eficiência a recolha de resíduos sólidos, pois também se debate com o mesmo problema, isto é, uma enorme falta de meios humanos.

Os problemas que afectam os trabalhadores destas JF são de certa forma, com maior ou menor intensidade, transversais a outras. Quando o STML contestou esta transferência definitiva de actividades da CML para as juntas, sempre disse que daí não viriam ganhos para os municípios, para a cidade ou para os trabalhadores, muito pelo contrário.

A realidade confirma, diária e infelizmente, os prenúncios do sindicato.



A convergência política do “centrão”...

Após o fim da legislatura do governo PSD/CDS de Passos Coelho e em plena campanha eleitoral, convém fazer o balanço da política imposta na Administração Pública (AP), a nível Central, Regional e Local, além das consequências para os seus trabalhadores e aposentados. Não podemos ainda fazer a inevitável analogia com a política anterior do PS de Sócrates, reproduzida agora pelo PS de António Costa, face ao que vai deixando transparecer na praça pública.

Tem sido prática ao longo dos últimos 39 anos, um crescente ataque aos serviços públicos, com vista à sua privatização. Esta política neoliberal levada a cabo pelos partidos do “arco do poder” (PS, PSD e CDS) tem, numa vertente, a retirada de direitos e redução de rendimentos aos trabalhadores da AP e dos seus aposentados.

Uma política desenvolvida pelos dois últimos governos, sob siglas que anunciavam a reforma e suposta modernização da AP. Primeiro pela PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (Sócrates PS, 2005), e depois pelo PREMAC - Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (Passos/Portas PSD/CDS, 2012). O resultado deliberado, saldou-se no encerramento de dezenas de serviços públicos, no despedimento de milhares de trabalhadores e na colocação de centenas na mobilidade especial. Consequências que privaram as populações do acesso e satisfação de direitos fundamentais.

A Lei n.º12-A/2008, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e a Lei n.º59/2008, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, vieram alterar definitivamente a vida dos trabalhadores da AP.

Esta legislação, em traços gerais, acabou com o vínculo definitivo para a maioria dos trabalhadores, deixando de serem funcionários públicos e passando a deter um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Destruiu a grande maioria das carreiras profissionais, transformando-as em três carreiras gerais, Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior. Destruiu também a progressão profissional dentro destas novas carreiras, agora sujeita, quase em exclusivo, a um sistema de avaliação, o SIADAP. Sistema que limita a três ou quatro progressões, durante toda uma vida profissional, a generalidade dos trabalhadores. Progressões já fortemente mutiladas, mas que ficam ainda dependentes da cabimentação de verbas nesse sentido...

Se não bastasse, esta “reforma” terminou com os quadros de pessoal, fazendo emergir os mapas anuais. Esta alteração facilitou a redução consecutiva de vagas e, diretamente, o número de trabalhadores. Nesta legislação consolidou-se o SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública, sistema já referido e onde sobressaem as quotas que, no essencial, procuram a estagnação da progressão nas carreiras. São também consolidadas várias formas de mobilidade, donde se destaca pelos piores motivos a mobilidade especial.

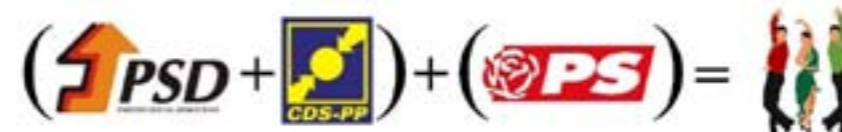
Se o PS lançou as bases, o governo do PSD/CDS, através da Lei n.º35/2014, consolida e aprofunda o ataque aos trabalhadores da AP. As progressões nas carreiras estão congeladas desde 2011, a mobilidade especial foi cinicamente apelidada de requalificação, sendo esta a fórmula encontrada para despedir trabalhadores da AP. Uma medida entretanto travada pelo Tribunal Constitucional (CT), apesar de continuar nas coagitações,

quer do PS, quer do PSD.

O PS iniciou o congelamento dos salários e o seu corte. O PSD/CDS alargaram os cortes (a partir de 650,00€), além dos roubos acrescidos aos subsídios de Férias e Natal. O PS previu na lei a criação de bancos de horas individuais, com vista à redução de pagamento de trabalho extraordinário, o PSD/CDS reduziram o valor da hora do trabalho extraordinário em 75%, tentando ultimamente o aumento da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Relembrar também a eliminação de 4 feriados e 3 dias de férias (ou mais, conforme a idade do trabalhador) por este governo.

Somam-se as alterações profundas nas condições da aposentação, prejudicando objetivamente os trabalhadores e aposentados. O mesmo se passa em relação à ADSE e outros subsistemas de saúde, que acresce à escalada insuportável do IRS, enquanto medidas da marca da política seguida por PS, PSD e CDS.

Agora que as eleições se aproximam, e os partidos responsáveis pelos ataques desferidos à AP e aos seus trabalhadores vão revelando os seus programas, é fácil verificar que nada de bom se anuncia. PSD/CDS apregoam a reposição dos cortes salariais em 3 anos, o PS fala em dois. PSD/CDS insistem na requalificação, para despedir trabalhadores da AP, o PS fala em repor a mobilidade especial. O que é certo, é que foram e são estes os partidos, os responsáveis pela destruição consecutiva do serviço público e pelo agravamento das condições de vida dos seus trabalhadores e aposentados. Cabe-nos a todos, dia 4 de Outubro, inverter esta tendência se de facto queremos recuperar os direitos e salários que nos esbulharam nos últimos anos.



45º Aniversário da CGTP-IN



É num contexto de ditadura marcada pela repressão policial e pela censura, que nasce a CGTP-IN. A central sindical, herdeira incontestável do sindicalismo português originário do fim do século XIX, inícios do século XX, é constituída formalmente a 1 de Outubro de 1970 depois do consenso obtido por várias direcções sindicais. Entre os sindicatos fundadores da CGTP-IN, destacam-se o sindicato dos bancários, dos caixeiros, dos lanifícios e dos metalúrgicos de Lisboa. Soma-se posteriormente a 11 de Outubro, mais dez estruturas sindicais provenientes do Porto, Coimbra, Castelo Branco e Guarda.

Entre Outubro de 1970 e Maio de 1971 realizam-se onze (11) reuniões intersindicais, representando as últimas cerca de 200 mil trabalhadores. Os alicerces da CGTP-IN solidificavam-se paulatinamente com a consciência, a luta e a determinação de quem trabalhava sob duras condições, explorados pelo patronato e reprimidos pelo regime fascista de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar. Muitos foram os dirigentes sindicais perseguidos e presos pela polícia política do regime, a PIDE/DGS.

Contudo, a legitimidade do movimento sindical da CGTP-IN continuou a crescer no seio dos trabalhadores portugueses. Sempre que esbirros da PIDE impunham os calabouços aos seus representantes sindicais, os trabalhadores elegiam novos dirigentes, continuando assim o trabalho e a luta pela defesa dos seus direitos e das suas condições de vida.

Foi com este prestígio que o movimento sindical da CGTP-IN se tornou num dos atores centrais na Revolução do 25 de Abril de 1974, sendo a primeira organização social a conceder o seu apoio e a reagir no plano imediato da ação concreta, ao levantamento militar dos capitães de Abril.

Ao longo dos últimos anos, muitos fatores têm contribuído para um suposto e relativo enfraquecimento do movimento sindical. A desregulação do mundo do trabalho, a individualização e a precarização das relações de trabalho, a generalização dos baixos salários ou o aumento do desemprego têm sido o resultado das políticas neoliberais que marcam o capitalismo atual, onde o tra-

balhador é progressivamente explorado e vilipendiado dos seus direitos e rendimentos. Obviamente, os sindicatos não são imunes a esta nefasta realidade, construída pelo capitalismo do século XXI e à semelhança do que fez sempre, ou não fosse essa a sua natureza.

O regresso a um passado de má memória é um risco crescente que surge no horizonte de milhares de trabalhadores, com ênfase para as mulheres, duplamente penalizadas apesar de termos uma Constituição da República que define a IGUALDADE como um direito inalienável.

São estes motivos que nos devem lembrar a importância determinante da nossa organização de classe. É em torno do nosso sindicato que melhor conseguimos a força necessária à defesa dos nossos interesses e aspirações. É unindo a vontade de cada um numa força coletiva, organizada e consequente, que melhor conseguimos impor as nossas reivindicações. Foi nesta linha que a CGTP-IN nasceu, cresceu e se desenvolve ainda, apesar de todas as dificuldades. É neste caminho que importa continuar. São 45 anos de história, luta e confiança, sempre ao lado dos trabalhadores, procurando nunca defraudar as suas expectativas. É hoje a maior central sindical do país, representando 62,9% dos trabalhadores sindicalizados (Ferreira, 2014). É também um garante indispensável à construção de um futuro de respeito e dignidade para quem trabalha em Portugal.

O STML, que aderiu à CGTP-IN em 1985, partilha os seus princípios, valores e objetivos, assumindo orgulhosamente a matriz da cultura e da ação sindical que define na defesa dos interesses dos trabalhadores o seu eixo central.

À CGTP-IN, que marca o «Tempo com a luta de quem trabalha», e a todos que contribuem para a sua existência, parabéns pelos 45 anos de coerência, honestidade e luta. Parabéns a todos nós que de facto produzimos e fazemos avançar o país!

REF.
Ferreira, Isabel (2014). Género, Trabalho e Saúde em Portugal. Relatório solicitado pela European Trade Union Institute (ETUI). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. pp.1-71

Tribunal de contas confirma cortes excessivos, indevidos e injustificados para a ADSE

No início de 2014, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) denunciou o facto do aumento de 113% na taxa de contribuição para a ADSE, paga pelos trabalhadores e pelos aposentados da Função Pública (a taxa passou de 1,5% para 3,5% por decisão do governo PSD/CDS), significava um corte excessivo, indevido e injustificado nas suas remunerações e pensões. E isto porque iria gerar um elevado excedente na ADSE à custa de mais esbulho sobre quem trabalha ou trabalhou no setor público.

Em reuniões com o governo, a FCSAP alertou na mesma altura, para este aumento brutal e incompreensível, exigindo a anulação imediata desta medida, recusada contudo pelo governo. O Tribunal de Contas veio agora confirmar que os sindicatos tinham razão.

Como consequência do aumento brutal da taxa de contribuição para a ADSE, os descontos feitos nas remunerações e pensões da Função Pública passaram, entre 2013 e 2014, de 285,6 milhões € para 520,9 milhões € (um aumento de 83,4%). Em 2014, a ADSE apresentou um excedente de 214,9 milhões € e no seu Plano de Atividades para 2015, prevê um novo excedente, agora de 151,2 milhões €. Como refere o Tribunal de Contas, em 2013 os encargos que deviam ter sido pagos pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), mas suportados pela ADSE, atingiram 96,4 milhões €, ascendendo em 2015 em 39,5 milhões €.

Por outro lado, é extremamente preocupante observar que neste Plano de Atividades, onde também são apresentados os dados financeiros do funcionamento da

ADSE, não conste e não seja incluído o saldo do ano anterior. Será que o governo está a desviar os 214,9 milhões € que foram indevidamente descontados nos salários e pensões para outros fins? Passos Coelho afirmou na Assembleia da República que estes saldos se manteriam na ADSE para pagar despesas de anos futuros. Mas onde estão? É por isso urgente que o governo reponha para 1,5% a taxa de desconto para a ADSE!

Por outro lado, na ADSE funciona a solidariedade inter-profissional. Os beneficiários que após o desconto fiquem com um rendimento inferior ao salário mínimo nacional estão isentos do pagamento de contribuições para ADSE. Segundo o Tribunal de Contas existem 504.265 beneficiários isentos deste pagamento. O governo ao fazer um aumento de 133% na taxa da ADSE, o que visa, objetivamente, é, por um lado, empurrar muitos trabalhadores a saírem da ADSE e, por outro lado, criar problemas à sua sustentabilidade, provocando a sua extinção.

Tanto os trabalhadores como os aposentados da Função Pública pagam impostos como qualquer português. Uma parcela desses impostos serve para financiar o SNS. No entanto, para além disso, ainda contribuem com 3,5% das suas remunerações e pensões para a ADSE. É evidente que pagam duas vezes o serviço de saúde a que têm direito.

São estes motivos acrescidos que nos levam a afirmar a ilegalidade e ilegitimidade deste governo que deve rapidamente ser afastado das suas funções, seguramente já no próximo dia 4 de Outubro.



A quebra dos salários e dos rendimentos das famílias e o agravamento das desigualdades com o governo PSD/CDS

Ao contrário da propaganda oficial e da “troika”, não é com mais exportações, como pretendem fazer crer e enganar a opinião pública, que os problemas das desigualdades sociais poderão ser resolvidos, até porque o aumento das exportações têm limites não só pelas limitadas capacidades das empresas portuguesas (em um milhão de empresas, as que exportam são menos de 20 mil), mas também porque todos os países querem exportar e a concorrência é cada vez maior. A quebra nos rendimentos das famílias e o aumento das desigualdades em Portugal é reconhecido pelos próprios dados oficiais divulgados quer pelo governo (Ministério da Economia), quer pelo INE quer pelo Eurostat.

No período 2011-2014, verificou-se uma clara tendência de baixa dos salários e dos ganhos médios ilíquidos dos trabalhadores, mais acentuada na remuneração base média. Esta variação negativa ainda se torna mais clara se se tiver presente que, em simultâneo com uma elevada destruição de empregos, se verificou uma substituição maciça de trabalhadores com o ensino básico, expulsos do mercado de emprego pelos patrões, por trabalhadores com o ensino secundário e superior.

Segundo o INE, entre o 1º Trim. 2011 e o 2º Trim. 2012, a destruição líquida de emprego em Portugal atingiu 285,2 mil postos de trabalho. No entanto, no mesmo período, o número de trabalhadores empregados com o ensino básico ou menos, diminuiu em 711,7 mil, enquanto o número de trabalhadores empregados com o ensino secundário aumentou em 208,2 mil, e os com o ensino superior cresceu em 218,3 mil.

Entre 2011 e 2014, a percentagem de trabalhadores a receber apenas o salário mínimo nacional (SMN) aumen-

tou 73,5%, atingindo 19,5% em 2014. Neste período, existem já 25% de mulheres a trabalhar que recebem apenas o SMN. A exploração dos trabalhadores aumentou neste período, aumentando ainda mais no universo das mulheres.

No período da “troika” e do governo PSD/CDS, a quebra dos rendimentos das famílias foi elevada em Portugal, muito superior à média dos países da União Europeia. Entre 2010-2013, em Portugal, o rendimento médio anual por pessoa equivalente, diminuiu em 8,7% para os com o ensino básico (na UE27 diminuiu metade); para os com o ensino secundário a quebra no rendimento foi de 11% (na UE27 aumentou 3%); e para os com o ensino superior a redução atingiu 10,5% (na UE27 aumentou 1,6%). Os rendimentos em Portugal, já de si baixos, diminuíram ainda mais neste lapso de tempo.

A quebra nos salários e nos rendimentos das famílias foi acompanhado pelo aumento da injustiça na repartição da riqueza criada como mostram os dados do INE.

Entre 2010-2014, o total das “Remunerações” diminuiu 10%, e o dos “Ordenados e salários” caiu 11,3% (este em 2 anos apenas), enquanto a parte do Excedente Bruto de Exploração no PIB, que reverte para as empresas/patronato, aumentou 5% (passou de 41,3% para 43,3% do PIB).

Constatamos de facto a hipocrisia e o cinismo de Passos Coelho quando afirma estar preocupado com as crescentes desigualdades sociais, quando o seu agravamento tem na sua origem as políticas do governo que o mesmo lidera em parceria com o irrevogável Paulo Portas.



A Troika interna: os partidos do “arco da governação”

Haverá alguma coisa a separar verdadeiramente PSD e CDS? Claramente não, como demonstram os últimos quatro anos de governação. Se na sua génese, dentro do quadro da direita, era possível aos dois partidos apontarem-se algumas diferenças de matriz ideológica, desde a subida ao poder do CDS de Paulo Portas, o tacticismo político do líder sobrepôs-se a qualquer dissemelhança entre os dois partidos.

De facto, há um CDS populista em tempo de campanha que veste a pele de “partido do contribuinte” e “amigo dos desprotegidos”, sobretudo dos idosos, que depois não hesita em viabilizar aumentos de impostos e cortes de pensões. Ou seja, um CDS que gosta de se dizer “democrata cristão”, sem saber ao certo o que isso é, para ser tão liberal (na economia, na política e até nos arranjinhos) como é o seu atual parceiro PSD.

A provar esta visão meramente tática estão os constantes “arranjinhos” que, sempre que foi oposição, o CDS de Portas foi fazendo com o PS. Lembremos os tempos de Guterres, quando o CDS ia viabilizando os Orçamentos do Estado do governo “socialista”, recorrendo-se mesmo a farsas, como aquela do chamado “orçamento limiano”. No segundo mandato de Sócrates (no qual não



existia uma maioria parlamentar do PS), a história não foi diferente, tendo como parceiro em apoios mais ou menos velados o próprio PSD.

Chegados a um novo período eleitoral, com PSD e CDS casados, pelo menos, até ao escrutínio das eleições legislativas de 4 de outubro, não poderá ser surpresa para ninguém se Paulo Portas e a sua camarilha viessem a viabilizar um possível governo do PS. Na verdade, não seria inédito nem sequer traia os ditames do PS que, na oposição, se arroga ser de esquerda e, no governo, prossegue a política de direita.

Os três partidos do “arco da governação”, como por aí se apelidam, confundem-se no essencial com a política de direita. “Arranjam-se” numa partilha de poder com poucas variáveis. De facto, este é o trio que desenhou a crise, que aprovou os PEC's, que chamou a troika, que assinou o Tratado Orçamental, que se submete e rebaixa às ordens do grande capital internacional e aos seus braços institucionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia – ou seja, a troika internacional.

Para as próximas eleições, e apesar da encenada separação a que obriga uma campanha eleitoral, PSD e CDS



de um lado e PS de outro querem parecer diferentes. Como sempre o quiseram desde há quase quarenta anos sempre que alternam no poder ou estão em campanha para conquistar eleitores.

Se não conseguimos apontar diferenças entre os partidos da coligação de direita, acaba por ser difícil apontar também diferenças essenciais entre estes e o PS. Não está nas cogitações de António Costa aproximar o PS de uma política de esquerda caso seja eleito a 4 de outubro. O “socialismo” vai continuar na gaveta e aquilo que teremos será a dita alternância.

O povo português percebe tudo isto. Sabe que o PS não é alternativa à política de direita, mas, por preconceito, por medos instigados pelos “pensadores” do regime ou por interferências externas que não se cansam de lançar “avisos” aos países do sul da Europa, teme assumir a rutura necessária com esta política de catástrofe que vem destruindo o País ao longo de décadas.

Chega de “troika interna”. Chega de medos e preconceitos. As próximas eleições são o momento certo para dizer basta e afirmar, por fim, uma verdadeira alternativa à política de direita imposta por PSD, PS e CDS.

Eleições legislativas: levar a luta ao voto



As eleições legislativas de 4 de outubro realizam-se num contexto de profunda crise política, económica e social, de empobrecimento generalizado dos trabalhadores, de uma violenta ofensiva contra as conquistas e direitos sociais e laborais e de aumento da exploração dos trabalhadores e do povo português. Uma ofensiva perpetrada pela política de direita conduzida pelo governo PSD/CDS, ao longo dos últimos quatro anos, sobre os ditames de interesses externos que não cessam de destruir o nosso País enquanto Estado livre e soberano

O Tratado Orçamental, subscrito por PSD, CDS e PS, e outras medidas que aprofundam a União Económica e Monetária são responsáveis pelo aprofundamento do domínio económico dos monopólios transnacionais e das grandes potências, liberalizando a circulação de capitais. Em Portugal, o exercício subserviente a estes mecanismos levaram a uma brutal redução dos rendimentos dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas e dos desempregados, à eliminação de direitos individuais e coletivos e a um ataque sem precedentes às funções sociais do Estado (Saúde, Segurança Social e Educação) Esta ofensiva sem precedentes foi

acompanhada por uma intensa campanha ideológica, nacional e estrangeira, tentando fazer crer que é uma inevitabilidade termos que aceitar as medidas anti laborais e sociais, apresentadas como necessárias para vencer a crise. Assim se sustentou o governo de direita de Passos e Portas que agora branqueia a realidade sem qualquer tipo de pudor, após quatro anos de destruição do País.

As intervenções da troika (FMI, BCE, CE), apresentadas como instrumento para resolver os problemas dos países, traduziu-se, afinal, em brutais sacrifícios para quem trabalha e trabalhou, designadamente em Portugal, na Grécia, em Chipre ou na Irlanda, países diretamente intervenionados, com o aumento das dívidas públicas, nomeadamente através dos juros agiotas da finança que sugam os povos e as economias mais vulneráveis.

Instrumentos como o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), do tempo do governo PS, ou o “Memorando” da troika assinado por PS, PSD e CDS, impuseram medidas aos trabalhadores e ao povo que são um verdadeiro programa de submissão às orientações neoliberais das políticas comunitárias e às chantagens

da Comissão Europeia, do BCE, do FMI, tendo conduzindo ao declínio económico e social do País ao longo dos últimos seis anos.

Nas eleições de outubro é preciso assumir um novo rumo para Portugal. As lutas dos trabalhadores contra a política de direita devem encontrar a sua real expressão no Não! à austeridade. Todos os que aspiram a uma vida melhor têm a possibilidade, com o seu voto, a 4 de outubro, de contribuir para uma real alternativa às políticas protagonizadas por PSD, CDS e PS.

É preciso devolver soberania, direitos, desenvolvimento sustentado, justiça social, para construir um Portugal desenvolvido e soberano, em nome dos valores de Abril. O voto pode e deve ser uma arma contra a política da pobreza e da exploração. Não a desperdices!

No dia 4 de Outubro, levamos a luta ao voto!



Governo PSD/CDS mantém a linha da mentira e da manipulação

O número de postos de trabalho destruídos desde que o governo tomou posse é superior a 218 mil. O emprego criado no 2º trimestre deste ano é ínfimo quando comparado com os mais de 1 milhão e 200 mil trabalhadores desempregados. O Governo PSD/CDS bem pode tentar impingir a ideia que o pior já passou, que a taxa de desemprego baixou, mas a realidade mostra o oposto.

Os dados revelados pelo INE sobre a taxa de desemprego apontam para os 11,9% neste trimestre, mas nesta estatística não estão contabilizados os trabalhadores inativos disponíveis para trabalhar e os milhares de trabalhadores desempregados ocupados nas chamadas medidas ativas de emprego, como os contratos emprego-inserção (CEI) e estágios, que estão a ser usados para substituir postos de trabalho permanentes. Situações que incluem muitos milhares de jovens em situação de subemprego

A Interjovem/CGTP-IN denuncia esta situação, pois os contratos emprego-inserção, estágios e formações não são postos de trabalho. E condenamos a política que tem vindo a ser seguida, de verem nos jovens “carne para canhão”.

Acresce, por outro lado, que apesar do pouco emprego criado, mais de dois terços corresponde a atividades sazonais onde impera a precariedade, com 65% a incidir nos sectores de serviços, hote-

laria, restauração e comércio. Assim, é de prever que, parte destes trabalhadores, a maioria jovens, voltem a cair de novo no desemprego.

A CGTP-IN estima que a taxa de desemprego e sub-ocupação seja de 21,9%. E não nos podemos esquecer do meio milhão de trabalhadores que foram obrigados a sair do país entre 2011 e 2014, à procura de emprego e melhores condições de vida.

Os sucessivos cortes na duração e nos valores do subsídio de desemprego, tem atingido em especial os jovens. São milhares os jovens trabalhadores em situação de desemprego a quem é negado o direito à proteção no desemprego.

Exigimos emprego e trabalho com direitos! A saída deste governo já vai tarde. Mas não resolve mudar apenas as caras para que outros continuem a mesma política, contrária aos interesses do país, dos jovens e dos trabalhadores em geral.

Os jovens trabalhadores não esquecem quem é que nos últimos anos tem seguido políticas opostas às nossas aspirações e ao nosso futuro. Afirmamos que é preciso tomar partido. É preciso tomar nas nossas mãos o nosso futuro e é preciso que seja agora!

A luta continua e vai-se intensificar! Lutamos por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana!



Espaço dos Aposentados

Ação Reivindicativa

DEBATE SOBRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE REFORMADOS

A Inter-Reformados completa o seu 25.º aniversário a 10 de Novembro. No âmbito das comemorações, realizou-se a 14 de Julho na sede da CGTP, um debate sobre este tema, com mais de oitenta participantes das organizações distritais. O STML fez-se representar por 5 elementos da Comissão de Reformados e apresentou uma comunicação centrada na sua já longa experiência de cerca de 19 anos.

No decorrer dos trabalhos, foi aprovada uma moção de apelo aos reformados para prosseguirem a luta contra a política de exploração e empobrecimento de que temos sido vítimas. O encontro contou com a participação do Secretário-Geral da CGTP, Arménio Carlos.

Ação Sociocultural

VISITA AO CONVENTO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Os 16 reformados que se deslocaram à Cordoaria Nacional, seguiram com grande interesse as explicações dadas por Flávia, a guia que orientou esta visita. Começou por falar sobre as opções de vida de Sebastião Salgado e do seu percurso como fotógrafo e, chamou a atenção para os aspetos mais importantes em cada um dos 5 núcleos – regiões do planeta quase intactas – em que se divide a exposição.

Por fim, ao gosto e ritmo de cada um, foi possível admirar em pormenor cada uma das 245 obras expostas.

4 de Outubro – Eleições para a Assembleia da República

Aproxima-se um momento de afirmação da vontade popular em que todos somos chamados a pronunciarmo-nos sobre quem deverá conduzir as políticas que vão orientar o país nos próximos anos.

Mas, cautela! porque chegou o tempo das encenações. Os figurões do “arco do costume” colocam as máscaras de “governo-salvador-da-pátria” e “oposição-de-faz-de-conta” e vão representar a comédia de enganos e maus costumes que bem poderia chamar-se “É preciso que algo mude para que tudo fique na mesma”. Acusam-se mutuamente de malfeitorias que realmente praticaram e fingem situar-se em campos opostos para assim conseguirem comprar o voto dos eleitores distraídos.

É tempo de os reformados recordarem o quanto as políticas de “vira-o-disco-e-toca-o-mesmo” das últimas décadas, acentuadas drasticamente nos últimos anos, os têm empurrado, e às suas famílias, para o empobrecimento, o desemprego e a emigração. Confiscaram as nossas pensões para colmatar os buracos abertos nas contas do Estado pelos desvarios do grande capital financeiro e para pagar as dívidas insustentáveis a que nos querem amarrar. Depois de quase destruírem a saúde pública, de degradarem a escola pública e descredibilizarem o sistema de justiça, pretendem agora desarticular, sob diversas modalidades, a Segurança Social pública, universal e solidária.

É tempo de dizer NÃO aos políticos e às políticas do costume. Basta dos maus costumes na política, como a mentira e a corrupção que atingem os mais altos níveis da Administração Pública. Basta do rotativismo viciado que engana sistematicamente um eleitorado alvo de uma comunicação social manipuladora e cúmplice. Basta de submissão às imposições “inevitáveis” de uma Europa cada vez menos solidária, mais desigual e menos democrática.

Sim, VOTAR é preciso! Mas não para cumprir um ritual a que querem reduzir a democracia. Votar sim, mas para retomar a esperança e o caminho que ABRIL abriu!



Passados pouco mais de dois meses...acertar agulhas na Grécia!

Pouco mais de dois meses desde que o povo grego rejeitou de forma clara, em referendo, os chamados memorandos da troika, a política que consubstancia, a própria troika – a UE, o FMI e aqueles que na Grécia foram os seus homens de mão nos últimos anos.

Não passaram ainda dois meses e já um 3º memorando foi assinado pelo governo Syriza-Anel. Um terceiro memorando que consubstancia a mesma política, que representa a mesma chantagem, e para o qual se antevêem os mesmos resultados dos anteriores. Senão piores, desde logo porque pior é também o ponto de partida. Um 3º memorando aprovado no parlamento grego pelas mesmas forças políticas que aprovaram os dois anteriores, às quais se juntou desta feita a maior bancada, a que apoia o governo Syriza-Anel. A já estratosférica dívida grega voltou a disparar com o novo «empréstimo» da troika, que já está a servir para fazer face a amortizações e juros de empréstimos anteriores.

A 19 de Junho, a designada Comissão de Auditoria e Verdade sobre a Dívida Grega, criada e dinamizada pelo parlamento grego, publicou um relatório preliminar no qual se analisava, entre outros aspetos, a origem e o processo da dívida pública grega, concluindo-se pela sua ilegitimidade, ilegalidade e insustentabilidade, avançando-se mesmo com fundamentos jurídicos

para o seu repúdio e suspensão. Olhando ao conteúdo do relatório dir-se-ia serem dois parlamentos distintos – o que, por um lado, produziu tão arrojado documento e o que, por outro lado, escassos dois meses transcorridos, aprovou um 3º programa da troika. Sem repúdio de dívida. Perante o repúdio popular de todos quantos viram traídas fundadas esperanças de rutura e mudança. A dívida, essa, só não se mantém intocável porque entretanto aumentou substancialmente.

O relatório contém indiscutíveis motivos de interesse. Vejamos dois exemplos, entre outros possíveis. No primeiro capítulo, analisa-se o crescimento da dívida pública grega desde os anos 80. Ali se conclui que o aumento da dívida não se ficou a dever a despesa pública excessiva. Pelo contrário, esta permaneceu mais baixa do que a de diversos outros países da Zona Euro. Ali se refere o pagamento de taxas de juro extremamente altas aos credores, gastos militares injustificados e excessivos, perda de receita fiscal devido à fuga de capitais. Ali se refere que a entrada no euro levou a um aumento drástico da dívida privada na Grécia. Referência merecem também os efeitos da recapitalização dos bancos privados com recursos públicos no disparar da dívida soberana.

No segundo capítulo, avalia-se em pormenor o primeiro acordo de em-

préstimo da UE, em 2010. Recorde-se que neste primeiro empréstimo o mecanismo consistiu num conjunto de empréstimos bilaterais por parte dos diferentes estados-membros da UE. Vale a pena recuar a esse tempo, quando por cá alguns diziam com denodo ser «tempo de ajudar a Grécia» (PS/PSD/CDS/BE). No essencial, não estávamos perante nenhuma ajuda ao povo grego mas sim aos grandes bancos europeus expostos à dívida grega, às custas do povo grego. Ora, que veio agora dizer o relatório? Nada mais nada menos do que o seguinte: «O empréstimo teve como principal objetivo salvar os bancos privados gregos e europeus e permitir a esses bancos reduzir a sua exposição às obrigações emitidas pelo governo grego».

O tempo e a luta do povo grego ditarão qual o destino efetivo deste 3º memorando. Mas o que o tempo não apagará, na Grécia como em Portugal, em nenhuma circunstância, é a evidência de que a dívida se constitui simultaneamente como consequência e causa de relações de dominação económica e de subordinação política que urge romper. E de que o euro foi e é um elemento crucial no entretecer dessas relações.



Piquenique do Sindicato no Cabeço de Montachique

O STML irá realizar no próximo dia 27 de Setembro o tradicional piquenique dirigido aos seus associados e respetivos familiares. O local escolhido para a edição deste ano será no Cabeço de Montachique, conhecido por ser um espaço acolhedor e sossegado, onde seguramente disfrutaremos da companhia, amizade e solidariedade que sempre marcou este tipo de iniciativas.

As inscrições deverão ser realizadas até dia 23 de Setembro, junto dos serviços administrativos do Sindicato. Terá um preço de € 7,50 para associados e familiares diretos (pais, filhos e cônjuges) e de € 10,00 para os restantes familiares. A inscrição só será válida com o pagamento na íntegra. As crianças até aos 10 anos não pagam.

O local de encontro, à semelhança de anos anteriores, será às 09h30 na Gare do Oriente (junto ao AKI). **Inscribe-te! Participa porque a luta também se faz de convívio e alegria!**



CGTP-IN entrega mais de 30 mil euros para a reconstrução de casas na Ilha do Fogo em Cabo Verde

No final de 2014, a erupção do vulcão na Ilha do Fogo, em Cabo Verde, destruiu várias aldeias e vilas da ilha, assim como os bens e haveres dos seus habitantes. Escolas, centros de saúde e dezenas de casas de habitação foram totalmente destruídas e mais de uma centena necessita de reabilitação.

Face a esta dramática situação, a Central Sindical de Cabo Verde, UNTC-CS, lançou um apelo de solidariedade financeira ao movimento sindical internacional e, particularmente, às Centrais Sindicais que integram a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa – CSPLP, que a CGTP-IN integra.

Apesar das dificuldades financeiras com que o trabalho e o povo português se confrontam, face à política de direita que faz da exploração, das desigualdades e do empobrecimento a sua matriz de classe, a CGTP-IN lançou de imediato uma campanha de recolha de fundos junto do movimento sindical unitário e dos traba-

lhadores em geral, tendo em vista apoiar a reabilitação e construção de habitações para os trabalhadores e povo da ilha cabo-verdiana.

Neste quadro, foi apurada uma verba superior a 30 mil euros. Esta contribuição global dos sindicatos da CGTP-IN e dos trabalhadores foi entregue à central sindical de Cabo Verde, num ato que decorreu na Ilha do Fogo, no passado dia 3 de Agosto.

O STML contribuiu também para o êxito desta iniciativa, quer recolhendo contributos monetários de trabalhadores do Município, quer doando o resultado líquido proveniente do espaço do Sindicato no 1º de Maio, implantado na Alameda.

A todos os trabalhadores que se disponibilizaram a contribuir para esta campanha, um muito obrigado! Viva a solidariedade internacional!

PROTOSCOLOS STML

Instituições de Ensino Superior

- Escola Superior de Educação João de Deus
- Grupo Lusófona
- Instituto Superior de Educação e Ciências
- Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- Universidade Lusíada

Banca e Seguros

- Macif Portugal, companhia de seguros
- Millennium BCP

Turismo

- Campiférias
- FPalmela - Aldeamento Turístico de Palmela
- Viagens Falcon

Telecomunicações

- NOS
- Vodafone

Outros

- BP - Cartão BP Plus
- Escola de Condução Enal
- Lancaster College - Escola de Línguas
- Mind Project

- Teatro da Cornucópia